ano 10 - n. 19 | mar. 2021/ago. 2021
Belo Horizonte | p. 1-276 | ISSN 2238-8508
R. Fórum Dir. Fin. e Econômico – RFDFE

Revista Fórum de Direito FINANCEIRO E ECONÔMICO

RFDFE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DIREITO FINANCEIRO

A condição populista contra a democracia representativa
Luiz Edson Fachin 9

Do escambo ao *bitcoin* (As consequências para o direito financeiro)
Regis Fernandes de Oliveira, Natalie Verndl 17

1 Introdução 17
2 O escambo 18
3 O surgimento da moeda 18
4 O surgimento dos títulos de crédito 19
5 A evolução 20
6 O *Blockchain*, o *Bitcoin* e outras moedas 20
7 Os desafios globais 21
7.1 O problema na China 26
7.2 A decisão de El Salvador 27
7.3 A situação brasileira 27
8 Quais os efeitos da adoção de modas virtuais no direito financeiro? 28
9 Conclusão: admirável mundo novo 30

Execução orçamentária do SUS durante a calamidade pública decorrente da Covid-19
Élida Graziane Pinto 33

I Introdução 34
II E se o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus Covid-19 tivesse sido cumprido? 35
II.1 Uma breve retomada do 1º semestre de 2020 37
II.2 Uma breve retomada do 2º semestre de 2020 41
II.3 Uma breve retomada do 1º semestre de 2021 62
III ADPF 822 e Estado de Coisas Inconstitucional no SUS em debate no STF: necessidade de algum aprendizado na política pública de saúde brasileira 68
IV Considerações finais: hipóteses preliminares acerca do quadro fiscal sanitário brasileiro e algumas indagações para investigação detida pela CPI da Pandemia 84
IV.1 Hipóteses preliminares 86
IV.2 Indagações que reclamam investigação adicional pelas instâncias competentes de controle 89

Gastos com a matriz heterossexual e as creches: o custo orçamentário com as creches
Paula Rodrigues Nolasco 93

1 Introdução 93
2 Breve histórico das creches 96
3 A influência das creches na inserção da mulher no mercado de trabalho 99
4 Alternativa às creches: análise crítica da figura da babá 101
5 Custo orçamentário das creches e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) 103

6 Conclusão 108
Referências 111

Dinheiro, eleições e representação feminina: a destinação de recursos públicos às candidatas mulheres e a formação de chapas majoritárias
Gabriel Prétola 113

1 Introdução 113
2 A atividade financeira do Estado e o atendimento das necessidades públicas 116
3 A inserção do processo eleitoral na atividade financeira do Estado 118
4 O direito financeiro eleitoral como promotor da igualdade entre gêneros 121
5 O dilema da representatividade: chapas eleitorais com mulheres em posição de vice ou suplente 125
6 Conclusões 134
Referências 136

A matriz tributária brasileira: revisitando os pressupostos da atividade financeira do Estado para resgatar a importância dos tributos
Pedro Júlio Sales D'Araújo 139

1 Introdução 139
2 A matriz tributária e a perspectiva de que direitos têm custos: Estado, tributos e propriedade 142
3 Estado, ordem econômica e tributação 152
4 Conclusões 163
Referências 164

DIREITO ECONÔMICO

O desenvolvimento científico e tecnológico, o caminho da libertação do homem
Antônio José Avelãs Nunes 169

Responsabilidade fiscal dinâmica e incentivos tributários: de quem é o dever de apresentar os números do impacto fiscal?
José Maria Arruda de Andrade 189

Introdução 189
Definição de gastos tributários indiretos 190
Requisitos formais das renúncias tributárias 194
Requisitos materiais das renúncias: isonomia e Lei de Responsabilidade Fiscal 195
Requisitos fiscais materiais das renúncias tributárias 196
A constitucionalidade do art. 33 da Lei nº 14.020/2020 em virtude da solicitação tempestiva de DGT e de informações para assegurar a neutralidade da medida e por sua inclusão na meta fiscal de 2021 (LDO) antes do início da vigência de sua prorrogação 200
Atendimento ao art. 14 da LRF em virtude da inércia do Executivo 209
Síntese conclusiva 211

Restrições ao investimento público em infraestrutura decorrentes da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Emenda Constitucional nº 109/2021
Andre Luiz dos Santos Nakamura 215

Introdução 215
1 Objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Emenda Constitucional nº 109/2021 216

2 Planejamento estatal e orçamento 218
3 Investimento em infraestrutura e externalidades positivas 221
4 A regra de ouro 222
5 Consequências da falta de investimento em infraestrutura 227
Conclusões 230
Referências 231

Políticas nacionais de distribuição de renda com impactos regionais e desenvolvimento na Constituição Federal de 1988: o caso da Subvenção Econômica aos Consumidores de Energia Elétrica de Baixa Renda
Beatriz Dib Nami 233
1 Introdução 233
2 Políticas nacionais de distribuição de renda com impactos regionais: raízes e fundamentos 234
3 A Constituição Federal Dirigente de 1988 e as possibilidade de atuação do Estado na economia 239
4 Benefícios creditícios e financeiros no orçamento e o caso da Subvenção Econômica aos Consumidores de Energia Elétrica de Baixa Renda 244
5 Conclusão 256
Referências 257

Resolução cambial prejudicada constitucionalmente desluzindo o direito penal econômico
Kelly Mar Luiza de Castro da Silva 261
1 Introdução 261
2 O direito penal econômico consoante a Resolução nº 4.811/2020 262
2.1 Direito penal econômico 262
2.2 Princípios do direito constitucional econômico 263
2.3 Princípios do direito econômico 263
2.4 Resoluções nº 3.568/2008; nº 3.954/11 e nº 4.811/2020 264
3 *Compliance* empresarial criminal econômico 265
4 A resolução cambial à luz do direito penal econômico 266
4.1 O macroeconômico, limitações e consequências 266
5 Considerações finais 269
Referências 271

Instruções para os autores 275